

TIPOLOGIA DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA REGIÃO DO COREDE-CENTRO (RS)

Silveira, Paulo R. da (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

Neumann, Pedro S. (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

ABSTRACT

This work presents a typology of the farming/cattle raising production units that compose the conventionally called category “family farmers”. The study and understanding of the differences among family farmers had as goal the establishment of conditions for unleashing development of different family production units, as well as the conditions for unleashing the processes needed for sustainable rural development in the region.

The Administrative Subdivision for Development of the Central Region, Rio Grande do Sul State (COREDE-Centro) is composed of 33 municipalities, whose area represents 11.61% of the total area of the state of Rio Grande do Sul.

The region forms part of the southern half of the state, a priority region in government programs, due to its underdevelopment in relation to rest of the State. As a methodological procedure, a zoning of the region was first carried out, with three homogeneous agricultural/ecological zones identified.

Zone I, a mountainous region with a strong presence of German and Italian immigrants, is predominately small, diversified family farming. **Zone II**, a flat region located in the low-lying area in central part of the State, is dominated by irrigated rice growing and more intensive cattle raising, with a significant presence of larger production units.

Zone III, a traditional country region, where modernized agriculture coexists with a significant number of large cattle-raising estates.

After establishing the zones, a representative municipality for each zone was selected, with a registration (census) made of all the production units existing in the municipality. When establishing typologies of the production units, the following criteria were adopted: economic rationality, predominant system of production, quantity and quality of existing means of production.

Introdução

O presente trabalho é um recorte da experiência e dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa em “Sistemas de Produção Agrícola e Desenvolvimento Regional Sustentável”, formado por uma equipe de professores vinculados ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da UFSM. O principal objetivo do grupo é instrumentalizar as diferentes agências e agentes que atuam no desenvolvimento rural da região do COREDE-Centro¹

A experiência aqui relatada deve ser compreendida como oriunda de um grupo de pesquisa em formação e em uma área de conhecimento de pouca tradição no Brasil, sobretudo no âmbito da universidade pública. Duas questões influenciaram de maneira especial o surgimento do grupo. De um lado, as reflexões no âmbito do Mestrado de Extensão Rural acerca do modelo de difusão de tecnologia e do próprio modelo de desenvolvimento rural adotado no país; e, de outro lado, um conjunto de estudos sobre a agricultura desenvolvidos por algumas instituições brasileiras dentro do enfoque sistêmico.

Inicialmente, pretendia-se estudar de maneira integrada toda região abrangida pela região do COREDE-Centro, isto é, a totalidade dos 32 municípios que compõem o conselho. No entanto, em função da não liberação de recursos previstos inicialmente

para o projeto, optou-se por fazer uma caracterização geral da região a partir de dados secundários e iniciar estudos em cada município isoladamente. Até o momento, os estudos foram realizados em 5 municípios da região, sendo que cada município teve suas particularidades metodológicas, desde municípios onde se capacitou uma equipe de técnicos locais para a coleta de informações a municípios onde toda atividade foi realizada pela universidade.

1- Procedimento Metodológico

O procedimento metodológico utilizado é o proposto pelo que se denomina de **Análise Diagnóstico do Sistema Agrário**, sendo que foram realizadas algumas adaptações pela equipe, expressas no quadro abaixo.

Etapas	Objetivos	Escala	Procedimentos	Adaptações
1	Diagnóstico do Sistema Agrário	Região	- Compilação de dados Secundários. -Zonificação -Percorridas do Terreno	Seminários de Diagnóstico e Sensibilização.
2	Diagnóstico do Sistema Agrário	Micro-região	-Entrevistas semi-estruturadas a Informantes Qualificados	Cadastramento de todos os Estabelecimentos
3	Diagnóstico dos Sistemas de Produção	Unidades de Produção	-Enquetes	Informatização do instrumento

Como princípios metodológicos gerais é importante destacar: A utilização de passos progressivos, do geral ao particular, com o aumento progressivo de escala; a estratificação em cada nível de análise, pois a situação média não tem interesse prático; as categorias de estudo são grupos homogêneos (Zoneamento, Tipologia de Produtores, Tipologia de Sistemas de Produção); explicação, não apenas descrição. para a explicação dos fenômenos, utiliza-se a compreensão sistemática de sua historicidade e

¹ O Conselho de Desenvolvimento da Região Centro do Estado do Rio Grande do Sul foi criado pelo decreto N ° 35.764 de 28 de dezembro de 1994, que regulamenta a lei de N ° 10.283 de 17 de outubro de 1994, abrangendo 32 municípios, inseridos na área de ação da UFSM.

da avaliação técnico-econômica; análise em termos de sistema: o sistema agrário, sistema de produção, sistema de cultivo, sistema de criação

O Diagnóstico do Sistema Agrário da Região: Esta etapa compreende: a) a caracterização agro-ecológica e sócio-econômica da região em estudo; b) o estudo da evolução do sistema agrário da região; b) a caracterização e tipificação dos estabelecimentos no espaço agrário em questão.

Os dados e informações são obtidos através dos seguintes procedimentos: consulta aos estudos já realizados sobre a região; sobreposição e análise de mapas temáticos, fotografias aéreas e imagens de satélite da região; percorridas no terreno para o levantamento sumário dos tipos de paisagem agrícola.

A modificação recentemente introduzida nesta etapa (no estudo realizado no município de Dilermando de Aguiar, ainda em andamento) foram os seminários realizados em determinados pontos do município, buscando abranger toda população. Estes seminários atendem fundamentalmente a dois propósitos. Primeiro, de envolver a comunidade no diagnóstico; assim, os seminários são um espaço onde a comunidade, através de técnicas de participação (técnicas de visualização móvel e moderação), faz a leitura de sua própria situação e aponta as possíveis ações de desenvolvimento. O segundo propósito do seminário é a sensibilização da comunidade envolvida para o diagnóstico, principalmente para o cadastramento de todos estabelecimentos que será realizado na segunda etapa e para a fase de discussão do resultado do diagnóstico.

O Diagnóstico do Sistema Agrário em cada Micro Região Identificada: Os objetivos desta etapa são os mesmos da etapa anterior, mas agora ao nível de cada zona homogênea identificada. Pretende-se, com esta etapa, definir a problemática específica que cada zona apresenta, para que seja possível pensar políticas nos níveis regional e municipal, considerando as limitações e as potencialidades de cada micro-região.

Como as informações geralmente disponíveis não consideram as diferenças em nível de micro-região, faz-se necessário proceder a uma coleta de dados a campo, o que realiza-se através de entrevistas semi-diretivas e sucessivas junto a informantes qualificados, que geralmente são os moradores mais antigos e com grande conhecimento da zona em questão.

A modificação introduzida pela equipe, nesta etapa, é a aplicação de um instrumento de cadastramento de todos os estabelecimentos presentes em cada um dos municípios em questão. Assim, para os objetivos da caracterização agro-ecológica e sócio-econômica (a) e para o estudo da evolução do sistema agrário de cada micro-região (b) são utilizadas as entrevistas a informantes qualificados. Já, para o objetivo de caracterizar e tipificar os estabelecimentos (c), é realizado o cadastramento da totalidade dos estabelecimentos, procedimento que vulgarmente denomina-se de “pente fino” ou “varredura”.

O instrumento utilizado para cadastro dos estabelecimentos, é na verdade uma janela que a equipe de pesquisa criou num gerenciador de banco de dados criado pelo Departamento de Engenharia Rural da UFSM, denominado “Cadastro Técnico Multifinalitário”, que passará a ser utilizado por todos os municípios gaúchos. A grande vantagem do programa é a sua agilidade na análise dos dados, podendo fornecer instantaneamente um sem número de relatórios com os múltiplos cruzamentos entre as variáveis. Permite também a utilização de informações georeferenciadas e o acesso a outros bancos de dados (dados da cooperativa, do INCRA, da Secretaria da Fazenda, etc) bem como o acompanhamento e atualização anual dos dados.

Na primeira parte do instrumento de cadastro são registrados os dados de todos os estabelecimentos presentes no meio rural (informações gerais do estabelecimento e de cada um dos moradores); na segunda parte, são registrados os dados do sistema de

produção, somente daquelas unidades que tem algum tipo de ingresso econômico com a atividade agrícola.

2- Breve Caracterização Da Área De Estudo.

Os dados disponíveis sobre a região que conforma o COREDE-Centro são bastante escassos. Sua área é de 32.752,53 Km², o que representa 11,61% da área total do estado do RS. Sua população, segundo levantamento do censo de 1991/1992, é de 602.652 habitantes, representando 6,6% do total do estado do RS. A economia é baseada principalmente na agropecuária, varejo e beneficiamento, sendo que a participação no valor adicionado estadual está na faixa de 3,55%.

A região é composta por 33 municípios, sendo que Santa Maria pode ser considerado como município *pivô*, onde se formou um *hinterland* específico e dois municípios (Santiago e Cachoeira do sul) constiuem-se em sub-pivôs regionais. Tais municípios atraíram fluxos de investimento e populacionais, demonstrando um maior crescimento dos setores industrial e de serviços.

Como características culturais, associadas à ocupação do espaço, destaca-se a presença da imigração italiana e alemã, localizada na região da serra; nas áreas oriundas das antigas estâncias, situadas na região de Campo, a presença da chamada “cultura do latifúndio”.

Os dados referentes ao zoneamento agroecológico e biogeofísico são também muito diversificados. Seguem, a princípio, um padrão relativamente homogêneo para toda a região, desconsiderando as várias “micro-regiões” dentro do território abrangido pela região em estudo. Estes dados serão objeto do próprio processo de pesquisa em andamento, no entanto, os estudos empíricos até aqui realizados permitem a identificação de, no mínimo, quatro zonas de paisagem agrícola .

A micro-região da serra, que chamaremos de **zona I**, ocupada pela imigração italiana e alemã, caracteriza-se como de agricultura familiar de pequeno porte. Mais de 40% das propriedades tem menos de 20ha, a agricultura é bastante diversificada, predominando os sistemas de produção com base no leite, no fumo, na batata inglesa e no milho. Na região plana, localizada na depressão central do estado e que chamaremos de **Zona II**, predomina a cultura de arroz irrigado e a pecuária mais intensiva, sendo as propriedades de mais de 500ha e tipicamente patronais (que contratam mais de 20% da mão de obra total na propriedade) bastante expressivas. A **Zona III**, a tradicional região de campo, é uma zona de transição entre a I e a II. Nesta zona, coexistem uma agricultura modernizada com destaque para a cultura da soja e gado de corte e um número expressivo de latifúndios com pecuária extensiva. E por fim, a região de planalto, acima da zona I, será denominada de **Zona IV** onde há predomínio de médias e grandes propriedades, que desenvolvem uma agricultura modernizada, com destaque para a cultura da soja e do milho, mesclada com a atividade de pecuária de corte.

Em relação aos municípios a seguir abordados, Santa Maria apresenta a particularidade da presença de três zonas em seu território, a zona I, II e III, enquanto que Toropi se localiza integralmente na Zona I e Tupanciretã na zona IV².

O Município de Santa Maria: O município de Santa Maria localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, possuindo a extensão territorial de 1.160 Km², sendo a população de 223.351 habitantes (IBGE,1996). Segundo o cadastro realizado pela equipe de pesquisa em sistemas de produção e desenvolvimento regional, constatou-se uma população rural de 4.423 habitantes cadastrados, o que corresponde 2 % da população total do município. No período de 1980-1996, a taxa de crescimento da população urbana foi de 2,06 e da população rural de - 2,08.. A atividade agropecuária

² Realizou-se, também o estudo do município de Dilermando de Aguiar, localizado na zona III, mas a análise dos dados não foi concluída até o momento.

representa apenas 6 % do produto interno bruto agregado fiscal (PIBcf) do município. Neste predomina o setor terciário com 84,80 % do PIBcf, sendo o setor industrial responsável por 9,1 % do PIBcf. Desta forma, observa-se tratar-se de um município atípico em relação aos municípios gaúchos, onde a agricultura é um setor marginal e, portanto, sem peso na definição das políticas públicas.

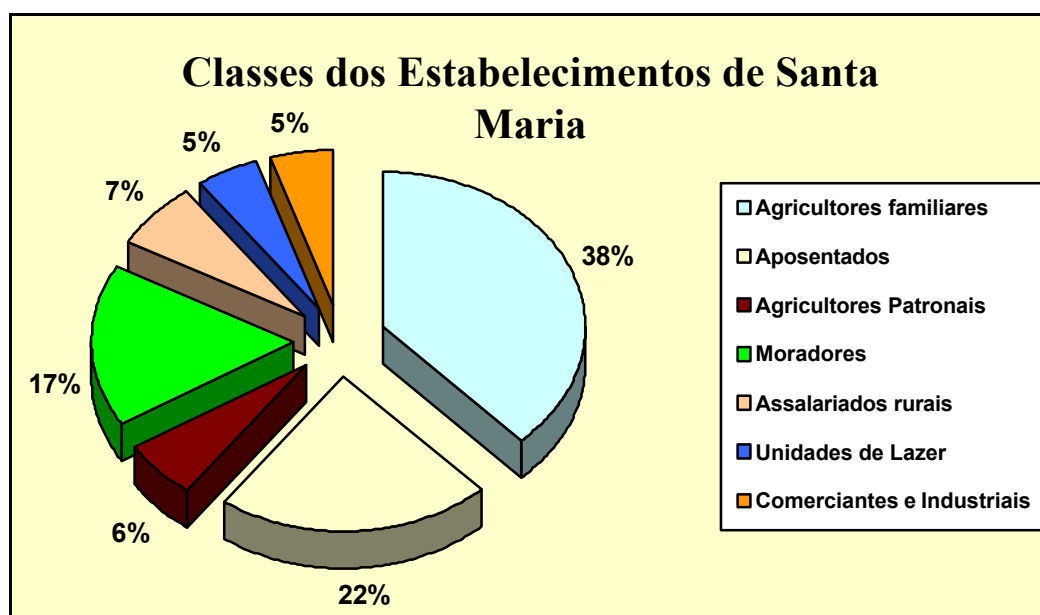
O Município de Toropi: O município emancipou-se em 1996, abrangendo uma área de 180 km², possuindo 3.170 habitantes, sendo 90% na zona rural. Os dados cadastrais indicam que a população se mantém praticamente constante. O município tem 80 % da área coberto pelo solo Ciríaco-charrua, caracterizado como brunizem avermelhado, raso e textura argilosa (no mínimo 35 % de argila), solo fértil e localizado no rebordo da serra geral. Apresenta-se, aqui, característica importante de Toropi: a existência de significativa área topograficamente acidentada, conseqüentemente, de difícil mecanização. Por ser um município tipicamente rural, não se fez uma diferenciação entre a zona urbana e rural, portanto foram cadastrados todos os estabelecimentos do município.

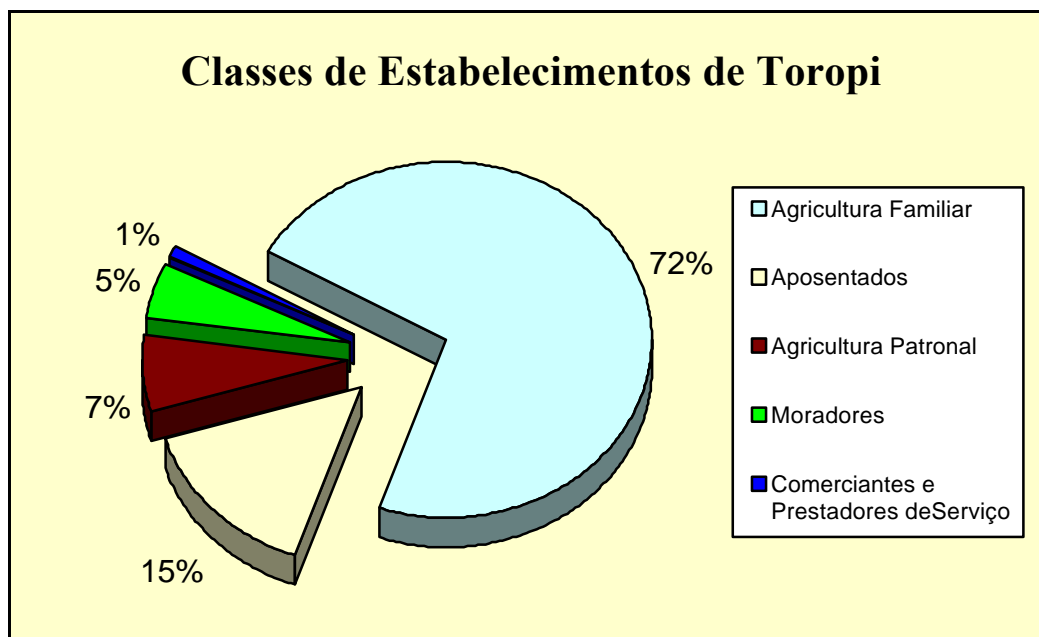
Município de Tupanciteta: trata-se de um município antigo, emancipado em 1928, localizado numa região de transição entre a depressão central e o planalto, onde a ocupação do espaço ocorreu através das grandes estâncias de criação de gado. Nos anos 70, ocorreu uma certa desestruturação destas estâncias e a emergência de uma agricultura moderna em grandes unidades de produção patronal. Tais unidades produzem, principalmente soja, em regime de monocultura ou integrada com a pecuária de corte, através das pastagens de inverno. Dentro deste processo de desestruturação do latifúndio, salienta-se a existência de um grande número de assentamentos de reforma agrária no município.

Tupanciretã ocupa uma área de 2253 km² com uma população de 19222 habitantes, sendo 28,55 % rurais. Em relação às características agroecológicas, o município possui uma variação, desde áreas planas e solo argiloso, adequado a uma produção agrícola intensiva até uma zonas onde predomina a topografia acidentada e muita pedregosidade. Com a emancipação do distrito de Jari em 1996, Tupanciretã perdeu uma área em torno de 900 km², onde situavam-se pequenas propriedades dedicadas à subsistência em uma grande área de serra (transição com a zona I).

3- A Tipologia Dos Estabelecimentos Do Meio Rural.

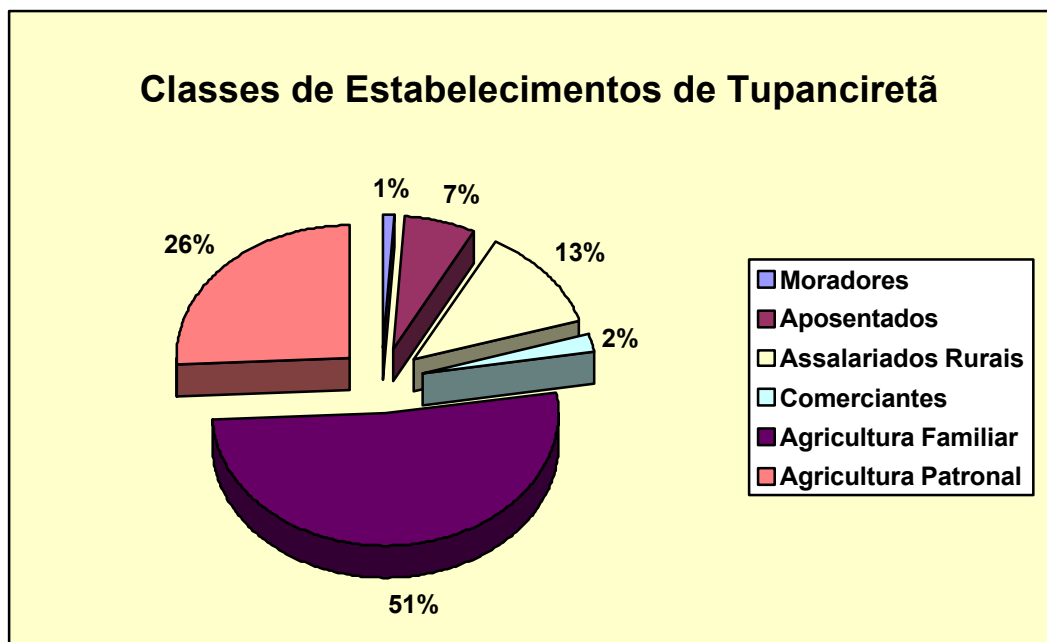
Foram cadastradas até o momento 1311 estabelecimentos estabelecimentos no município de Santa Maria e 591 estabelecimentos do Município de Toropi, 559 estabelecimentos em Tupanciretã. A totalidade dos estabelecimentos cadastrados foi classificada em 7 classes no caso de Santa Maria e 5 classes para Toropi, 6 classes para Tupanciretã, considerando como critério fundamental as diferentes posições ocupados pelos estabelecimentos em relação a utilização do espaço agrário e a propriedade dos meios de produção. Considerou-se sempre a dinâmica central do estabelecimento, ou seja, o que explica a reprodução econômica da família.





Em relação a tipologia dos estabelecimentos no município de Toropi, observa-se uma menor diversidade, com amplo predomínio da classe dos agricultores familiares. No entanto, dentro desta classe, evidencia-se como significativo o elevado número de estabelecimentos em que as famílias de agricultores exploram a terra em relação de parceria. Somente a classe de estabelecimentos denominada de “aposentados”, segue a mesma característica já identificada. Outra particularidade marcante do município, é o amplo predomínio dos estabelecimentos que tem como base para o desenvolvimento das atividades agrícolas a tração animal (89%), demonstrando uma realidade completamente distinta do município de Santa Maria.

O município de Tupanciretã caracteriza-se pela forte presença da agricultura patronal (26% dos estabelecimentos), o baixo número de estabelecimento que utilizam o meio rural como espaço exclusivo de moradia (1%), e também um número reduzido de estabelecimentos que dependem fundamentalmente da aposentadoria rural (7%).



A Classe dos Moradores: Esta classe representa 17% do total dos estabelecimentos do meio rural de Santa Maria e somente 5% em Toropi e 1% em Tupanciretã. Integram este grupo somente os estabelecimentos que utilizam o espaço rural como espaço de moradia, sendo economicamente dependentes das atividades exercidas no centro urbano. Somente alguns desses estabelecimentos desenvolvem atividades agrícolas de subsistência em pequena escala. No caso de Santa Maria a grande maioria do contingente de “moradores” (80%) é de trabalhadores urbanos estabelecidos nas zonas de transição entre o espaço urbano e o rural, e os que fizeram esta opção por razões econômicas. Entretanto, uma outra parcela, constituído pelos estabelecimentos ocupados por profissionais liberais e autônomos (20% do total dos estabelecimentos), tem no espaço rural uma preferência declarada de moradia.

A Classe dos Assalariados: Nesta classe (7% do total dos estabelecimentos em Santa Maria, 13% em Tupanciretã e sem a representatividade numérica em Toropi), foram classificados somente os estabelecimentos que tem a sua dinâmica determinada exclusivamente pelo assalariamento agrícola permanente ou temporário. São

caracterizados como estabelecimentos de moradia e geralmente não possuem área para produção agrícola.

A Classe dos Aposentados: Nesta classe estão os estabelecimentos com características de unidades de produção agrícola e que tem a sua dinâmica determinada pela aposentadoria de um ou mais de seus moradores, representam 22% do total dos estabelecimentos rurais em Santa Maria e 15% em Toropi, 7% em Tupanciretã. Em Santa Maria a grande maioria desses estabelecimentos (46%) não desenvolvem nenhum tipo de atividade agrícola. Uma parcela desses (36%) desenvolve atividades de subsistência, e somente 18% permanecem desenvolvendo algum tipo de atividade em termos comerciais. A maioria dos estabelecimentos são conduzidos por um casal de idosos, não tendo seu futuro definido, podendo, na sua grande maioria, tornar-se caduco. Em Toropi, 70% não tem produção agrícola comercial contra 30% que tem produção comercial em pequena escala.

A classe dos Agricultores Familiares: Esta classe é representada em Santa Maria por 38% do total dos estabelecimentos e 72% em Toropi, 52% em Tupanciretã. Neste conjunto, estão os estabelecimentos cuja dinâmica de reprodução está assentada na produção agrícola familiar (com mais de 80% da M.O utilizada no ano agrícola provindo do grupo familiar). No caso de Santa Maria duas grandes categorias constituem esta classe: a categoria de *Minifundiários* (26 % dos Agricultores familiares), são unidades de produção com pequena área, desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência com comercialização dos excedentes e empregando parte dos componentes da família em outros estabelecimentos (como mão de obra temporária ou permanente); a categoria dos *Agricultores Familiares Comerciais*, composto por uma gama variada de unidades de produção que dependem economicamente da exploração do estabelecimento como unidade de produção agrícola. Já em Tupanciretã, 45% dos

estabelecimentos familiares foram considerados como minifundiários e 55% como agricultores comerciais. O elevado número de minifundiários é explicado, em parte, devido a presença no município de 54 estabelecimentos de assentados, assim classificados devido ao pequeno tamanho de seus lotes e suas precárias condições. Entretanto, mesmo excluindo os assentamentos, o número de minifundiários no município continua expressivo (38%).

No caso de Toropí é identificada uma terceira categoria, a dos *agricultores parceiros*, constituídos de agricultores familiares que realizam o processo produtivo em parcela de outro estabelecimento ou unidade de produção, ficando parte do resultado do processo produtivo com o dono da terra. Os parceiros dispõem de áreas pequenas, geralmente menores de 5 ha, e praticamente a totalidade trabalha com a cultura do Fumo.

A Classe dos Agricultores Patronais: Foram incluídos nesta classe todos as unidades de produção agrícolas que contratam mais de 20% da mão de obra anual, necessária às atividades da unidade; representam 6% do total dos estabelecimentos em Santa Maria e 7% em Toropí, 26% em Tupanciretã. Em Santa Maria e Tupanciretã duas categorias compõem este conjunto de unidades: A categoria dos *Fazendeiros* (9% e 27% respectivamente dos estabelecimentos patronais), composta por unidades típicas e exclusivamente de pecuária extensiva; A categoria de *Empresários Rurais* (91% e 73% dos estabelecimentos patronais), caracterizada por estabelecimentos com exploração mais intensiva, de parte ou da totalidade, da unidade de produção. Em Toropí verifica-se a presença somente dos Empresários Rurais.

A Classe dos Comerciantes e Industriais: Este conjunto de estabelecimentos presentes no município de Santa Maria representam (5 % do total dos estabelecimentos), exercem atividades típicas dos setores de serviço (comércio) ou de

transformação (indústria) nem sempre vinculados as atividades agrícolas. No município de Toropí não se verifica a presença dos industriais e sim de prestadores de serviço (como na atividade de transporte do fumo). Em Tupanciretã também não se verifica a presença dos industriais, somente dos prestadores de serviço e comerciantes.

A Classe das Unidades de Lazer: É o conjunto de estabelecimentos, presentes no meio rural de Santa Maria, apresentando sua dinâmica definida pela utilização da unidade de produção como uma unidade de lazer, pelo proprietário e sua família. São unidades usufruídas pelos donos nos finais de semana ou em determinadas épocas do ano e empregam geralmente uma família (caseiros ou agregados). Uma parcela dessas unidades (13% dos estabelecimentos de lazer) foram denominadas de *Fazendas de Lazer*, caracterizadas por possuírem grandes áreas e com desenvolvimento de uma pecuária extensiva, não se constituindo, no entanto, em uma atividade econômica capaz de explicar a dinâmica e a racionalidade da unidade. As unidades restantes (87% das unidades de Lazer) foram denominadas de *Chácaras de Lazer*, unidades menores (até 50 ha) e que geralmente praticam atividades agrícolas variadas, mas sem expressão econômica.

4- Considerações Finais.

Os casos analisados demonstram realidades completamente distintas dentro de uma mesma região. O caso de Santa Maria mostra uma realidade rural que não traduz unicamente as relações estabelecidas entre o agricultor e a terra, mas revela a coexistência e a justaposição de vários grupos sociais. Uma realidade onde funções, até então, tipicamente urbanas, foram incorporadas ou adaptadas ao ambiente rural. Os dados levantados demonstram que mais de 50% da população rural do município não tem vínculo direto com a atividade agrícola. Já os demais municípios se caracterizam

pelo domínio absoluto do agrícola sobre o rural.

Na verdade, o que existem de fato são espaços rurais. Este crescente processo de diferenciação entre os espaços rurais e interior deles próprios, faz com que o conceito de rural perca progressivamente seu caráter de categoria analítica homogênea, contraposto ao urbano. As atividades paralelas ou integradas à atividade agrícola variam muito segundo os contextos. Torna-se, assim, necessário buscar um novo critério de diferenciação espacial, que permita captar esta diversidade crescente. As políticas, os instrumentos de gestão e desenvolvimento e a própria legislação brasileira devem ser concebidas com base em uma lógica territorial em vez de setorial. Neste contexto, é fundamental que também sejam repensadas as abordagens e instrumentos de diagnóstico/análise da realidade, os quais dão suporte aos mesmos.

É necessário que as políticas de desenvolvimento reconheçam e passem a utilizar essa diversidade. Isto significa dizer que as receitas comuns, válidas para todas as zonas, não podem ser mais admitidas, e da mesma forma, as abordagens verticais do tipo “de cima-para-baixo”, pois simplificam e ignoram as diferenças contextuais.

O fato dos agricultores serem minoritários no espaço rural, como em Santa Maria (menos de 50 % do total da população rural), não os impede de serem majoritários na ocupação destes espaços e, portanto, terem uma responsabilidade específica na sua gestão. Não os impede, também, de exercerem um peso econômico e político muito maior do que demonstram as estatísticas oficiais. Em Santa Maria, apesar de representarem menos de 2 % da população total do município, respondem de maneira direta por 6 % do PIBcf, e estima-se que indiretamente por mais de 20 % da economia municipal. O fato do espaço rural assumir outras funções não significa uma perda de importância do agrícola. Ao invés de negado, esquecido ou desvalorizado, o agrícola deve ser reafirmado. Reafirmado, no entanto, não como categoria homogênea,

estaque, compartimentada e sem relação com as demais funções do rural. O reconhecimento do espaço rural como polifuncional, potencializa o agrícola na medida que redireciona recursos e mesmo campos profissionais, antes eminentemente urbanos.

Referências Bibliográficas

- BILLAZ, R. & DUFUMIER, M. *Recherche et Développement en agriculture*. Paris: Presses agriculture diversifié. Paris: Editions L. Harmattan, 1988. P.225-32.
- BOISIER, S. *En Busca del Esquivo Desarrollo Regional: Entre la Caja Negra y el Proyecto Político*. Santiago do Chile: ILPES, Série Ensaio, Documento 95/30, 1995
- BONNEVIALE, J.R., JUSSIAU, R; MARSHALL, E. *Approche globale de l'exploitation agricole; comprendre le fonctionnement de l'exploitation agricole: une méthode pour la formation et le développement*. Dijon: INRA, 1989. 350 p.
- BOURGEOIS, A. *Une crise des méthodes*. Agriscope. Angers, 1 (1): 10-4, 1983
- DEFFONTAINES, J. P. Systèmes agricoles et paysages. In: JOLIVET, M.; ed. *Pour une Développement-Vulgarization*, Bamako-Mali, 1986. Paris: INRA, 1986. 23P.
- DUFUMIER, Marc. *Les projets de développement agricole- Manuel d'expertise*, Paris, Ed. Karthala/CTA,1996.
- DUFUMIER, Marc. *Système de production et développement agricole dans le tiers monde*, *Les cahiers de la recherche développement*, N.06, Montpellier, abril,1985.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE), *Dados Econômicos dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1995.
- IBGE. *Dados do Censo Econômico e Agropecuário*. Brasília, 1985, 1991 e 1996.
- JOUBE, Ph. *Approche systemique et Recherche-Developpement em agriculture*,

quelques definitions et commentaires. In: *Seminaire National sur la Liaison Recherche-* ORSTOM, serie Biol., Paris: 24: 3-25, 1974.

MATTOS, C.A. Desenvolvimento Sustentável nos territórios da globalização- alternativa de sobrevivência ou nova Utopia ? , em: BECKER, B. & MIRANDA, M. *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MAZOYER, M. *Rapport de synthèse preliminaire présente au “Comite Dynamique des systemes agraires”*. Paris: Ministere de la Cooperation et Ministere de la Recherche et la Technologie, javier 1986. 15p.

SARACENO, E. *O Conceito de Ruralidade: Problema de Definição em Escala Européia*. Texto traduzido por Angela Kageyama.

<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>